

**EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA VARA _ CÍVEL DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA XXXXXXXXXXXXXXXX/DF.**

URGENTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXX, nacionalidade, estado civil, menor
púbere, portador do RG nº XXXXXXXX SSP/XX e do CPF nº
XXXXXXXXXXXXXXXXXX, assistido por sua genitora, XXXXXXXXXXXXXXXX,
**nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Carteira
de Identidade n.º XXXXX SSP/XX, Inscrito no CPF sob o nº
XXXXXX, residente e domiciliado na
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XXXXXX, tel:
XXXXXXXXXX** vem, à presença de Vossa Excelência, por intermédio do
CEAJUR, requerer

**SUPRIMENTO DE OUTORGA PARA EMANCIPAÇÃO
(c/c pedido de antecipação dos efeitos da tutela)**

Em face de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, demais dados desconhecidos,
atualmente residente em local incerto e não sabido, tendo em vista os
fundamentos a seguir alinhavados.

I - DOS FATOS:

Em apertada síntese, o objeto da exordial consiste no suprimento de outorga do pai do requerente, para que possa se emancipar, tendo em vista a necessidade em acompanhar o tratamento médico de sua mãe no estado de São Paulo, podendo, no entanto, apenas fazê-lo, quando alcançar a maioridade civil.

A genetriz do requerente apresenta o diagnóstico de “XXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXX)”, e “***mantém-se em rigoroso acompanhamento médico e tratamento quimioterápico***”, conforme laudo médico, em anexo.

A paciente (mãe do autor) tem consulta agendada para o dia XX/XX/XXXX no Hospital das XXXXXX/SP, “***devendo comparecer com ACOMPANHANTE***”, conforme documento em anexo. Como é de grande notoriedade, o renomado Hospital dispõe de poucas vagas, de modo que não é plausível postergar tal consulta até XX de XXXXXXX - data em que o autor completa sua maioridade civil - até porque o estado clínico de sua mãe é grave.

A genetriz do autor concorda com a emancipação. No entanto, conforme disposto no inciso I do art. 5º do CC, a incapacidade cessa apenas quando ambos os pais concedem, ou quando apenas um o faz, na falta do outro. Dessa forma, cumpre asseverar, por oportuno, que há XX anos o autor vive apenas em companhia materna, pois, desde o ano de XXXX, o pai do autor saiu de casa sem mais dar notícias.

Não fosse a severidade do quadro clínico da genitora do autor, a tutela judicial *in casu* não se faria necessária. No entanto, ante a necessidade do autor em acompanhá-la no tratamento médico a qual está submetida, faz-se mister o provimento jurisdicional.

Esse acompanhamento médico é de muito interesse para todos os envolvidos - o requerente e sua mãe - que contam apenas um com o outro como entes familiar, não havendo outra pessoa para acompanhar a mãe do autor em seu tratamento.

Assim, uma vez que ainda não atingiu a maioridade civil, busca a tutela judicial para que seja suprida a outorga de seu genitor, que se encontra ausente há XX anos, autorizando sua emancipação, a fim de acompanhar sua mãe no tratamento médico a qual está submetida.

II - DO DIREITO:

Art. 5º A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

Parágrafo único. **Cessar, para os menores, a incapacidade:**

I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;

Conforme retronarrado, o pai do requerente encontra-se ausente há XX anos, de forma que deve ser suprida sua outorga para cessar a incapacidade de seu filho.

Nesse sentido:

“(...) Em havendo dissenso entre os pais ou estando um deles em lugar ignorado, sem declaração de ausência, revela-se indispensável o suprimento dessa declaração de vontade por decisão judicial, em processo de jurisdição voluntária”. (Código Civil Anotado e Comentado. James Eduardo Oliveira. Ed. Forense. P. 9”.

III - DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

Os requisitos exigidos no art. 273 do Código de Processo Civil (CPC) estão presentes, autorizando esse r. juízo suprir a outorga do genitor do autor, de modo a emancipá-lo. Vejamos.

A genitora do autor precisa de acompanhamento para consultar-se, em XX/XX/XXXX, no renomado Hospital XXXXXXXXXXXX, conforme documentos em anexo (verossimilhança das alegações). O autor apenas alcançará a maioridade civil em XX de XXXXXXXXXXXX de XXXX, de forma que remarcar a consulta prevista para o dia XX de XXX de XXXX traria complicações no tratamento da mãe do requerente, havendo possibilidade de ocasionar riscos irreversíveis em seu quadro clínico (fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação).

Não há risco de irreversibilidade da medida, uma vez que a decisão pode ser revista a qualquer tempo.

IV - DO PEDIDO

Diante do exposto, requer:

- a) a concessão dos benefícios da justiça gratuita, por ser hipossuficiente, conforme declaração, em anexo;
- b) a intimação do Ministério Público, nos termos da lei;
- c) a antecipação dos efeitos da tutela, emancipando, de pronto, o autor, para que possa acompanhar sua genitora no tratamento médico a ser realizado em estado/local no dia XX/XX/XXXX;
- d) a citação do requerido, por edital, para querendo, contestar o feito, no prazo legal;
- e) a procedência do pedido, confirmando-se os efeitos da tutela antecipada eventualmente concedida, suprimindo a outorga do genitor a fim de que o requerente possa emancipar-se, consoante disposto no inciso I do art. 5º do CC.

Pretende provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente pelo documento, depoimento pessoal e testemunhal.

Dá-se à causa o valor de R\$ XXXX (XXXXXXXXXX).

Termos em que pede deferimento.

Brasília, XX de XXXXXX de XXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

DEFENSORA PÚBLICA DO DF

XXXXXXXXXXXXX

Estagiária CEAJUR – Mat. XXXXXXXXX

ROL DE TESTEMUNHAS

1. XXXXXXXXXXXXXXXX

2. XXXXXXXXXXXXXXXX